

O espaço cartográfico enquanto escrita do poder ¹

Thiago Alves Dias

Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte no Programa de Pós-Graduação em História e Espaços.

RESUMO

No ano de 1766, o Governador de Pernambuco, Luiz Diogo Lobo da Silva, ofereceu de presente ao Secretário de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos, Francisco Xavier de Mendonça Furtado uma carta topográfica contendo representações espaciais das novas vilas criadas na Capitania de Pernambuco e suas anexas durante seu governo. Os objetivos de produção dessa carta eram representar o espaço colonial transformado pelas imposições régias, através de uma paisagem subjetiva, para demonstrar a altivez do Império português e os feitos maravilhosos de seus súditos. Sendo assim, partindo de um recorte topográfico realizado nesse mapa – a Capitania do Rio Grande do Norte –, analisaremos o momento de produção desse mapa, a representação visual acerca das novas vilas fundadas e a relação entre seus idealizadores e o processo colonizador português.

PALAVRAS-CHAVE: espaço cartográfico, representação, poder

ABSTRACT

In the year 1766, the governor of Pernambuco, Luiz Diogo Lobo da Silva, has offered a gift to the State Secretary of the Navy and Overseas Affairs, Francisco Xavier de Mendonça Furtado satisfaction a topographic spatial representations of the new towns created in the province of Pernambuco and its attached during his administration. The production goals of this letter represent the colonial space were transformed by the royal taxes, through a subjective landscape, to demonstrate the pride of the Portuguese Empire and the marvelous deeds of his subjects. Thus, from a cut made in this topographic map – the Captaincy of Rio Grande do Norte – time to analyze the production of this map, the visual representation of the new villages founded on the relationship between its creators and Portuguese colonization process.

KEYWORDS: space mapping, representation, power

A propensão centrífuga, a que os Geômetras atribuem a conservação da máquina do Mundo; confessando que da sua virtude está pendente a união deste grande Composto; foi a razão mais forte que me persuadiu a que esta Carta Topográfica, em que descrevi as Terras Meridionais deste Novo Mundo, tenha a sua natural inclinação dirigindo-a V. Ex^a. em cuja a Ilustríssima Pessoa depositou a experiência a compreensão de toda a América portuguesa. ²

¹ Agradeço à Dra. Fátima Martins Lopes (UFRN) por ter me proporcionado o contato digital com a carta topográfica aqui trabalhada, assim como as indicações de leitura, correções e sugestões para o texto final. Agradeço também o incentivo de Nívia Paula de Assis (UNIVASF) e a bolsa CAPES que me permitiu adquirir bibliografia e fontes necessárias a essa incipiente pesquisa.

² Luís Diogo Lobo da Silva, Recife, 31 de março de 1766.

A epígrafe acima está escrita na carta topográfica em que nos deteremos durante as próximas páginas. A "Carta topográfica aonde se compreendem as Capitânicas de que se compõem ao presente o Governo de Pernambuco"³, foi pintada, provavelmente, entre 1763 e 1766 por José Gonçalves da Fonseca e topógrafos militares, a mando do então Governador de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, sendo um presente para o irmão do Marquês de Pombal, o Secretário de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos, Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

Metáforas e elogios misturam-se entre as palavras de Luís Diogo Lobo da Silva. Se a vocação à centralidade é que torna a 'máquina do Mundo' conservada e unida, então são ilustres pessoas como Francisco Xavier de Mendonça Furtado⁴ que torna o Império português altivo e forte, e, portanto, é a pessoas como ele, que Luís Diogo Lobo da Silva deve presentear com "tão pequena oblação", essa carta topográfica.

Estando hoje sob a guarda do Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar em Lisboa, Portugal, o presente a Francisco Xavier de Mendonça Furtado é composto de duas folhas coladas, medindo 96 x 62 cm. Na superfície dessas duas folhas couberam faixas com dizeres em latim, o brasão da casa de Bragança e o escudo do Rei Reformador, um anjo barroco, e, principalmente, a indicação das novas vilas criadas em Pernambuco e suas anexas, a partir das diretrizes culminando no Diretório dos Índios⁵ e colocadas em prática

por Luís Diogo Lobo da Silva na Capitania de Pernambuco e anexas.

A historiadora Laura de Mello e Souza (2006, p.327-349) dedicou um capítulo exclusivo de um de seus livros sobre a trajetória política e administrativa de Luís Diogo Lobo da Silva na Metrópole e na América portuguesa. Tendo sido governador da Capitania de Pernambuco entre 1756 a 1763, e das Minas Gerais entre 1763 e 1768, foi um "observador privilegiado que transitou da velha zona açucareira e aristocrática, já decadente naquela época, para a nova região das Minas, onde a sociedade nova e de cunho marcadamente arrivista começava a sedimentar-se".

A carta topográfica foi remetida a Francisco Xavier em 1766, quando ele já não se encontrava mais na América portuguesa, tendo assumido, desde 1762, o cargo de Secretário de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos, enquanto Luís Diogo já era governador da rica Capitania das Minas. Como bem denominou Laura de Mello e Souza no título do capítulo do livro sobre o governador, a trajetória política e administrativa de Luís Diogo foi marcada pela "remuneração de seus serviços" à coroa. Mas, quanto pesa a carta topográfica na trajetória política e administrativa de Luís Diogo Lobo da Silva? Ou melhor, qual o significado dessa carta e suas implicações no Governo do Império? Haveria um legado privilegiado de discussão para essa aparente inocente carta? Julgamos que sim.

³ Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar / Direção de Serviços de Engenharia. Mapoteca, doc. 4586-3-38-52. "Carta topográfica aonde se compreendem as Capitânicas de que se compõem ao presente o Governo de Pernambuco; oferecida ao Ilmo. Sr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado" – 1766. (por José Gonçalves da Fonseca). No entanto, ela pode ser visualizada através de uma consulta virtual ao acervo digital do Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia, Lisboa, no site: < <http://am.exercito.pt/bibliopac/bibliopac.htm> >. Acesso em 18 fev. 2011.

⁴ Sobre a trajetória administrativa de Francisco Xavier de Mendonça Furtado na América portuguesa ver: RODRIGUES, Maria Isabel da Silva Reis Viera. *O Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado no Grão-Pará e Maranhão* (1751-1759): contribuição de seu Epistolário para a História Portuguesa do Brasil. Dissertação (Mestrado de História e Cultura do Brasil, Faculdade de Letras). Universidade de Lisboa, Lisboa, 1997. Ver também: PEREIRA, Arnaldo António. Para uma caracterização de política colonial pombalina: a administração de Francisco Xavier de Mendonça Furtado no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1752-1759). *Actas das Primeiras Jornadas de História Moderna*. v. 2, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 1986.

⁵ Vasta é a produção historiográfica brasileira e portuguesa que trata sobre o Diretório dos Índios e suas implicações/aplicações na América portuguesa. A título de exemplo e como sugestão para discussão inicial do tema, sugerimos: DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000. ALMEIDA, Rita Heloisa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de 'civilização' no Brasil do século XVIII*. Brasília: UnB, 1997.

I – SOBRE ADMINISTRADORES E MAPAS

Ainda de acordo com o estudo de Laura de Mello e Souza, Luís Diogo teria recebido um vencimento anual de seis mil cruzados enquanto era Governador de Pernambuco. Em troca disso, entre tantas melhorias empreendidas, o governador seguiu à risca as Leis de Liberdade e o Diretório dos Índios de Francisco Xavier Mendonça Furtado, abraçou a cruzada pombalina contra os jesuítas e fundou 25 novas vilas na Capitania de Pernambuco e Anexas, entre elas as da Capitania do Rio Grande do Norte. Luís Diogo, assim como muitos administradores a serviço da coroa, estendeu o Império, ganhou “para a coroa Reinos e comércios riquíssimos espalhados por todo o globo, descobrindo e conquistando um novo mundo com tesouros imensos, para exaltar mais a sua grandeza” (MELLO E SOUZA, 2006, p.328-331).

Podemos entender a ação desses administradores, notadamente Luís Diogo Lobo da Silva, a partir das assertivas de Max Weber acerca do funcionário patrimonialista. De acordo com Max Weber, nas relações de poder patrimonialista, a figura central, no nosso caso o Rei Dom José I, e seus ideais absolutistas, se fazem sentir em todas as suas esferas de dominação, seja nos ritos, nos gestos, nos funcionários, na habitação, nas terras. A dominação patrimonialista entende o poder não simplesmente investido pelo rei, mas, investido pelo rei e aceitado legitimamente pelos súditos e transferido a todas as suas possessões através da aceitação dos envolvidos nesse poder.

Nesse sentido, os funcionários reinóis demonstram, dentro dessa perspectiva, o comportamento autoritário e absolutista como uma repetição do comportamento do próprio rei. Para Max Weber, esses funcionários atendem ao cargo patrimonial, em que “a administração política é tratada como assunto puramente pessoal do senhor, e a propriedade e o exercício de seu poder político, como parte integrante de seu patrimônio pessoal, aproveitável em forma de tributos e emolumentos”, transferidos aos seus funcionários mais capazes (WEBER, 1999, p.253).

Sendo assim, Luís Diogo que tão bem administrou as possessões reinóis em nome do monarca e, como extensão dele próprio, mandou produzir uma carta topográfica de presente a um dos mais proeminentes ‘homens do rei’. Francisco Xavier de Mendonça Furtado recebia essa carta como uma prova cabal de seu colega administrador, por ter “governado grandes Estados”, com a “sua Alta Inteligência”, de forma competente, como “um Todo deste dilatado Continente” (Carta topográfica).

Por outro lado, as intenções e o trabalho de Luís Diogo não poderiam deixar de ser anunciados. Afirmou, nos escritos na própria carta, que por ser Governador de “Pernambuco no presente tempo, devedor no aumento de suas Povoações ao Diretório estabelecido, e propagado já com antecipação por V. Ex^a. nos Estados do Gram Pará e Maranhão”, teve a honra de ser testemunha e gerenciador da disposição de tão importantes mudanças operadas, “pelo qual se converteram nestas Capitanias as antigas Aldeias em novas Vilas, que nesta Carta vão assinaladas nas posituras em que existem”. Nesse sentido, somente a Francisco Xavier caberia tão rico presente, posto que, “quem duvida que seria grande incúria da minha eleição se a outro Patrono, que não fosse a V. Ex^a. dedicasse este compendiado desenho”. Elogios e autoafirmação.

Foi na perspectiva de um bom vassalo do rei que Luís Diogo Lobo da Silva fez as coisas certas, prestou as homenagens acertadas, tanto que, quando saiu da América portuguesa e voltou ao Reino, tomou lugar, em 1773, de um assento como membro do Conselho Ultramarino (MELLO E SOUZA, 2006).

A feliz ideia de Luís Diogo em mandar forjar essa representação imagética das possessões reinóis, não foi nem de longe uma atitude original. Essa relação entre o conhecimento geográfico e o exercício do poder era lição conhecida por toda a Europa letrada e leitora de Maquiavel desde início do século XVI. Dentre as tantas lições necessárias ao ‘bem governar’, Maquiavel (2010, p.155) afirmava que o príncipe deve “entender a natureza dos rios e dos pântanos [...], conhecer seu próprio território”, para assim, “melhor entender a defesa dele; depois, me-

diante o conhecimento e a prática desses lugares compreende-se com facilidade todos os outros lugares”.

Luís Diogo sabia que um mapa era uma linguagem privilegiada numa sociedade em que as imagens e as projeções ganhavam sempre maior notoriedade. Além do mais, já que o monarca não podia caminhar pelos seus territórios e praticar os lugares – como afirmou Maquiavel antecipando em pelo menos três séculos Michel de Certau⁶ – poderia vislumbrar, a partir dessa carta topográfica, os territórios coloniais, para conhecer seus domínios.

II – O ESPAÇO CARTOGRÁFICO

Nesse sentido, o conceito que ora nos ocupa, advém, em grande medida, de um alargamento teórico daquilo que os geógrafos chamam de cartografia do espaço. Sendo assim, a troca consciente da posição dos conceitos ‘cartografia do espaço’ para ‘espaço cartográfico’ denota apropriações diferentes, assim como aproximações teóricas diferenciadas.

A cartografia define-se como a representação do espaço físico, conceitualmente demarcada e condicionada historicamente, pertencendo, assim, ao campo da história social das representações do espaço e da geografia física. Balizada pelos conhecimentos técnicos como latitude, longitude, relevo, hidrografia e dezenas de outros elementos que tornam a cartografia uma pretensa representação da realidade física imediata do espaço; cartografar o espaço significa, antes de tudo, representar um determinado espaço físico através da pintura e das formas geométricas sobre um suporte, comumente o papel e mais recentemente os arquivos digitais.

Espaço cartográfico é tributário dessa definição, porém, vai muito além por unir convergências teóricas do campo da representação, do discurso e do poder. Dentro de nossas limitações e problemas de conceituação, selecionamos alguns autores que discutem, no cerne de suas problematizações, a questão do espaço e das espacialidades.

Tentaremos com esse exercício analítico nos aproximarmos de uma conceituação acerca do espaço cartográfico.

Buscando sistematizar conhecimentos fundamentados no campo da geografia acerca do espaço a partir da interação com outras áreas de produção do conhecimento humano – antropologia, filosofia, física, geometria, matemática, etc. Douglas Santos (2002, p.23; p.46) afirma que a “construção cultural da humanidade é, entre outras coisas, a construção de sua geografia”, sendo que, “colocar as coisas e os homens nos seus lugares implicou medir distâncias e, mais que isso, sistematizá-las como representação possível e necessária para garantir os novos parâmetros de produção/reprodução social”.

O que Douglas Santos chama de os ‘novos parâmetros de produção/reprodução social’ advém, em grande medida, daquilo que se convencionou como modernidade, notadamente, a partir das navegações e da incorporação de conhecimentos advindo das viagens ultramarinas. Noções de distância, medidas de espaço, categorias de estudo, instrumentos de mensuração. O mundo tornava-se demasiadamente grande e complexo com a incorporação de novos continentes. Ocorre que muito cedo as monarquias europeias descobriram a necessidade do conhecimento geográfico para o exercício do poder sobre as novas possessões, e o mapa foi fundamental nesse exercício.

De acordo com Stephen Greenblatt (1996, p.80-81), as possessões não poderiam ser assimiladas “inteiramente em testemunhos verbais”, pois, os procedimentos jurídicos da cultura europeia à época moderna requeriam as “provas escritas”, assegurando assim “que tudo fosse registrado e revestisse de maior autoridade. Os papéis são cuidadosamente selados, preservados e levados, através de milhares de léguas oceânicas”. Os registros, sejam eles manuscritos ou descritos nos mapas, funcionam como “penhor da verdade”, possuindo o efeito de produção da legitimidade e da legalidade. As descrições imagéticas das possessões coloniais produzem o efeito do maravilhamento

⁶ CERTAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 1: artes de fazer*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

na imaginação daqueles que apreciam tais desenhos. As terras descritas, os montes desenhados, os rios pintados nos mapas produzem o efeito do maravilhoso num misto de representação e discurso de posse, extraindo de uma dada situação concreta tropos e símbolos de uma intencionalidade: a efetiva posse, a posse de terras maravilhosas, longínquas e férteis.

Nesse sentido, “com plena consciência de que eram instrumentos nos distantes trópicos, mas vindos de uma civilização onde a herança e a transferência legais do espaço geográfico provinham de longa data”, as monarquias europeias expansionistas, “frequentemente tentaram legitimar a expansão do seu poder através de métodos de aparência legal”(ANDERSON, 2008, p.240). De acordo com Benedict Anderson “os usurpadores [europeus] estavam reconstruindo, sobretudo, em relação a outros europeus, a história da aquisição das novas posses”. É nesse movimento de legitimação das dominações coloniais que, de acordo com Anderson, os mapas históricos, “destinados a demonstrar, no novo discurso cartográfico, a vetustez de unidades territoriais específicas solidamente delimitadas” (2008, p.240-241).

As Metrôpoles não pretendiam apenas criar, sob o seu controle, uma paisagem humana de plena visibilidade ao confirmar sua hegemonia sobre os povos. Era necessário representar essas possessões e esses possuídos para que “a condição dessa visibilidade fosse validada e que todos os espaços estivessem conformados sobre seu poder”. Não por acaso “o mapa modelou profundamente a maneira pelo qual o Estado colonial imaginava seu domínio e a geografia de seu território”, colorindo em folhas de papéis suas possessões maravilhosas. É preciso não esquecer que “esse estilo de criação imaginária não nasceu do nada. Foi resultante das tecnologias de navegação, astronomia, horologia, topografia, fotografia e impressão gráfica, para nem mencionar a tremenda força propulsora do capitalismo”. (ANDERSON, 2008, p.254).

Espaço cartográfico, portanto, é a representação discursiva do poder, expressada sobre suportes diversos, contendo desenhos, figuras e linhas simbolizando posses e demarcações imaginárias; é toda e qualquer tentativa de aproximação da realidade física aparente dos territórios, expressos através de discursos imagéticos sobre papel, couro, pedras ou arquivos digitais. Produzir espaços cartográficos faz parte da capacidade técnica humana de representar territórios imaginários, nações imaginárias, como uma amostragem de poder, revestidos de intencionalidades e interesses bem definidos.

Sabendo de nosso entendimento acerca do espaço cartográfico, passaremos a analisar a carta topográfica de 1766 à luz da definição conceitual acima apresentada.

Embora na carta topográfica de 1766 esteja afirmado que as antigas aldeias transformadas em vilas estão representadas “nas posituras em que existem”, ou seja, nas suas devidas localizações, não foi bem o que ocorreu.

Junto às modificações espaciais empreendidas em Pernambuco, o mapa mostra as Capitânicas anexas e as vilas fundadas em toda a jurisdição do Governo Geral de Pernambuco. A partir da década 1760, de acordo com imposições régias e entre deslocamentos populacionais, a Capitania do Rio Grande do Norte sofreu mudanças espaciais que resultaram na criação de cinco novas vilas⁷. Às vilas de índios somaram-se a Cidade de Natal, sede do governo administrativo da Capitania, como resultado prático de uma política de afirmação territorial e formação de espaços efetivamente coloniais, oriundos do Gabinete pombalino.

Das novas vilas formadas a partir dos antigos aldeamentos e missões indígenas, foram elas: Vila de Extremoz (1760), Vila de Arez (1760), Vila de Portalegre (1761), Vila de São José do Rio Grande (1762) e Vila Flor (1769). Todas referenciadas no momento de sua criação e denominadas como ‘Vila Nova de Índios’. Diferentes momentos de criação, localidades e especificidades

⁷ Sobre esse assunto ver: LOPES, Fátima M. *Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório Pombalino no século XVIII*. 2005. fls 700. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

com, no entanto, um mesmo objetivo, uma mesma lógica para todas: efetivar a colonização portuguesa em todo o Império a partir da formação de unidades administrativas urbanas, em outras palavras, fundar espaços coloniais.

Ao analisarmos as localizações das novas vilas fundadas na Capitania do Rio Grande do Norte expressas na carta de 1766, com exceção da Vila de Portalegre que fica no sertão da Capitania, percebemos que todas as vilas fundadas estão ao Norte da cidade de Natal. No entanto, se compararmos essas mesmas informações com um mapa atual, perceberemos que todas as localidades, com exceção da Vila de Extremoz, ficam ao Sul da cidade de Natal.

Importava realmente, nesse momento, em que se advogava por uma realidade colonial avançada nos quatro cantos, se Vila Flor ou São José ficavam do Sul ou ao Norte de Natal? Por enquanto, não temos certeza. Podemos afirmar, no entanto, que, "uma determinada ideia de paisagem, um mito, uma visão, se torna um lugar concreto, ela mistura categorias, torna metáforas mais reais que seus referentes, tornam-se de fato parte do cenário". De acordo com Simon Schama (1996, p.70), "paisagem é cultura antes de ser natureza; um construto de imaginação

projetada sobre mata, água e rocha". O espaço colonial transformado pelas imposições régias também foi representado dessa forma na carta topográfica de 1766: uma paisagem subjetiva, que expressava nas linhas criacionistas do pintor, o Império português e seus feitos maravilhosos.

A feitura da carta de 1766 possuía como objetivo representar, através de um plano cartográfico, o avanço da colonização e a formação dos espaços coloniais em Pernambuco e suas anexas. Seu objetivo era representar e apresentar domínios. Não mais avanços e conquistas territoriais, mas vilas coloniais que marcavam as possessões colônias lusitanas na América.

O mapa é, portanto, uma abstração humana da realidade a partir da técnica, representando algo que já existe, ou não, e antecipando uma realidade espacial e virtual. Um modelo para o que se pretende representar. Não bastava apenas conformar territórios e corpos sob a dominação colonial, era necessário também legitimar espaços criando possessões imaginadas e representadas discursivamente. O impacto que essa carta topográfica incidiu sobre aqueles que a apreciavam era de grandiosidade do Império, competência dos funcionários reinóis e autoridade do Rei.

III - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GREENBLATT, Stephen. *Possessões maravilhosas*. O deslumbramento do Novo Mundo. São Paulo: EDUSP, 1996.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 1ª ed. 1532. São Paulo: Hedra, 2010.

SANTOS, Douglas. *A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF : Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.



